

Novo Congresso começa com garra

Advertência de voto branco e nulo mexe com parlamentares

Dora Kramer

BRASÍLIA — Às 2h da madrugada de sexta-feira, o Congresso completava 16 horas seguidas de trabalho votando as medidas provisórias do Plano Collor II quando o deputado Adylson Motta (PDS-RS), apresentou um requerimento à Mesa, com assinaturas de 85 deputados, pedindo votação nominal para os 140 destaques ainda em pauta. Acostumado com os votos de liderança que, ao mesmo tempo em que apressam as votações, cassam a manifestação individual de cada parlamentar, o plenário reagiu entre assustado — ante a possibilidade de varar dias e noites votando — e constringido em recusar o direito de cada um ao voto. Adylson só cedeu diante da pragmática conta feita pelo deputado José Serra, líder do PSDB: “Considerando que cada votação nominal leva meia hora, quando terminar o processo, o prazo das medidas estará vencido. Ficaremos aqui por 70 horas”.

Mesmo assim, Serra e outros líderes que argumentaram para convencer Adylson do absurdo da proposta naquele momento, fizeram questão de

marcar posição contra o voto simbólico, que faz o líder votar pela bancada, como prática habitual. À cena, acrescenta do fato de que àquela hora de uma sexta-feira havia mais de 400 deputados e senadores em plenário, resume a mudança de comportamento do Congresso que tomou posse no dia 1º de fevereiro sob o descrédito da opinião pública, traduzido na enxurrada de votos brancos e nulos na eleição de 3 de outubro.

“Isso aqui está uma festa, só vi comparecimento parecido na Constituinte e, mesmo assim, nas votações do mandato presidencial e do sistema de governo”, constatou nos primeiros dias de trabalho do novo Congresso o deputado Ulysses Guimarães — 11 mandatos parlamentares e ex-presidente da Assembleia Nacional Constituinte. Criticados pela ausência em plenário e acusados de não corresponderem com trabalho aos altos salários que recebem, os parlamentares — sem dúvida sob a influência também dos 62% de renovação — assumiram seus mandatos dispostos a recuperar o desgaste com uma “excitação legislativa”, na definição do deputado Paulo Delgado (PT-MG), nunca vista.

Prato feito — “Fomos convencidos pelo resultado eleitoral. A falta de votos na última eleição nos levou a uma mudança de comportamento”, considera o deputado de primeiro

mandato José Múcio Monteiro (PFL-PE), um dos que assumiram exigindo do líder de seu partido. Ricardo Fiúza, consultas prévias à bancada sobre qualquer assunto que estiver em discussão dentro do Congresso. De fato, nunca se viu tanta reunião de bancada, de todos os partidos, como nesse primeiro mês de Congresso. O habitual era que o *colégio de líderes* se reunisse no gabinete do líder da maioria e decidisse tudo. Os outros só tomavam conhecimento do *prato feito* em plenário.

Na semana passada, ao tentar colocar em votação um veto do presidente da República à política salarial aprovada pelo Congresso na legislatura passada, pelo tradicional método do “os deputados que concordam permaneçam como estão”, o presidente do Congresso, Mauro Benevides (PMDB-CE) levou um susto. Imediatamente metade do plenário se levantou e, mãos para cima aos gritos de “nada disso”, exigiram votar nominalmente, com seus votos e nomes aparecendo no painel eletrônico. Benevides não teve outro jeito e, por pouco, não é derrubado o veto.

“Cordeirinhos” — Essa rebeldia contra o governo é outro traço que marca o novo comportamento, antigamente indócil apenas entre as oposições. O líder do PDC, Eduardo Siqueira Campos (TO), por exemplo, no ano passado alinhado ao governo,

teve de adotar uma posição “independente” para continuar com o apoio de sua bancada, composta quase que totalmente por 22 oposicionistas em potencial. Ou seja, votam com o governo, mas no que acharem correto.

No PFL, Ricardo Fiúza enfrenta o mesmo problema e, por pressão da base, teve de procurar a ministra Zélia Cardoso de Melo para dizer que a bancada estava se sentindo “traída” pela inclusão numa medida provisória de um artigo que tinha sido vetado em outra, e alertar que o sempre compreensivo PFL poderia começar a impor derrotas ao governo. “O partido não pode votar como um bando de cordeirinhos”, pontificava semana passada Roberto Magalhães (PFL-PE), que apresentou logo quatro projetos de lei na primeira semana de mandato.

Paulo Delgado, integrante da comissão que estuda a reestruturação do Legislativo — outro sinal de que os políticos chegaram à conclusão de que é preciso mudar para sobreviver — considera que o Congresso deve aproveitar esses tempos de quorum alto para impor ao governo um novo tipo de relação com o Parlamento. “Temos de dar qualidade a isso, senão acabaremos num congressismo inútil, tipo Sullivan e Massadas: sempre nas paradas, mas com aquele ô,ô,ô”, afirma Delgado.